

Recensões

Recensões

Rich LING (2008).

New Tech, New Ties. How Mobile Communication is Reshaping Social Cohesion.
Cambridge & London: MIT Press.

CARLA GANITO

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Rich Ling é um dos investigadores mais activos sobre o papel do telemóvel na sociedade. Neste seu último livro, *New Tech, New Ties. How Mobile Communication is Reshaping Social Cohesion*, o autor apresenta-nos uma abordagem inovadora ao estudo do telemóvel a dois níveis: no enquadramento teórico e na metodologia aplicada.

Ling demonstra, mais uma vez, a capacidade de revisitar conceitos teóricos e de os aplicar na análise do telemóvel. Dessa forma, recorre ao trabalho de Emile Durkheim, Erving Goffman e Randall Collins e aplica a lente dos rituais de interacção à comunicação mediada pelo telemóvel e ao seu papel no reforço dos laços sociais, abrindo assim caminho para um uso mais extensivo do interaccionismo simbólico no estudo da comunicação mediada.

Muitos poderão achar a apropriação teórica dos trabalhos de Durkheim, Goffman e Collins abusiva, dado que nenhum dos autores analisa a interacção mediada, no entanto Rich Ling demonstra a utilidade e actualidade dos rituais de interacção para o estudo do telemóvel como instrumento de coesão social, evitando os determinismos utópicos e distópicos associados a este tema. O argumento explanado pelo autor em termos qualitativos veio muito recentemente a ser reiterado por um estudo quantitativo da Pew internet (2009) onde é demonstrado que o isolamento social dos americanos, ao contrário do discurso de pânico moral, não sofreu alterações desde 1985. O que este estudo demonstra é a substituição de outros meios de comunicação mediada como as cartas e o telefone fixo, pelo uso da internet e do telemóvel, mas a comunicação face a face continua a ser o meio de comunicação privilegiado e a presença em espaços públicos de socialização não é afectada pelos novos meios de comunicação.

O seu trabalho empírico assenta numa abordagem de que poucos se socorrem no estudo das comunicações móveis – a etnografia. Com base em entrevistas, mas principalmente na observação etnográfica, o autor analisa o impacto do telemóvel nas interacções mediadas e nas face a face, argumentando que o telemóvel reforça os laços com a nossa rede de proximidade (amigos e família) mas que esse reforço é, muitas vezes, feito à custa dos que encontram na nossa proximidade física. Trata-

-se assim de uma metodologia exclusivamente qualitativa o que é ainda pouco usual no estudo das redes sociais.

Este livro é, em certa medida, o resultado consolidado de muitos estudos empíricos (Ling, 2003; Rich Ling, 2004a; Ling, 2000; Rich Ling, 2004b; Ling & Pedersen, 2005) sobre o telemóvel e a interacção social por ele mediada. Já em *The Mobile Connection: The Cell Phone's Impact on Society* (2004), o autor usava as teorias de Erving Goffman para identificar as alterações na comunicação interpessoal introduzidas pelo telemóvel. Ling apresentava assim o papel do telemóvel na tendência de individualização da sociedade, no reforço da construção e gestão de redes pessoais. Esta proposta é agora novamente apresentada de forma mais ampla, sustentada por um *corpus* de análise extensivo e não restrito a um sub-grupo como os jovens, que foram um objecto de análise preferencial em obras anteriores.

Ao longo de dez capítulos, Rich Ling, procura responder à pergunta: em que medida o telemóvel contribui para a coesão social? Para ilustrar os fenómenos diários de interacção social que são afectados por este novo *media* o livro começa e acaba com a descrição da situação cada vez mais familiar da intrusão do telemóvel no contacto face a face. Rich Ling descreve a visita de um canalizador que se apresenta para realizar um trabalho mas que não realiza as apresentações tradicionais por se encontrar absorto numa conversa ao telemóvel. A habitual interacção face a face resumiu-se a um aceno de cabeça, mas a conversa mediada parecia envolvente e intensa. Este é um cenário habitual nos nossos cafés, restaurantes, lojas, transportes públicos, em que são exactamente aqueles que não estão presentes que dominam o palco das atenções.

O autor desenvolve assim o argumento de que o telemóvel reforça os laços das nossas redes de proximidade através de vários rituais de interacção, desta feita mediados. Desta forma, Rich Ling distancia-se de correntes que atribuem às tecnologias digitais a erosão dos laços de intimidade e do discurso popular pautado pelo pânico moral associado às novas tecnologias.

O livro poderia ser dividido em duas grandes partes. Na primeira, do capítulo 2 ao 6, Rich Ling apresenta-nos a evolução da teoria do ritual de interacção começando em Durkheim, passando por Goffman e terminando em Collins. Na segunda parte, o autor aplica esses contributos teóricos às comunicações móveis.

No capítulo 2 são apresentadas algumas das correntes que descrevem a crescente individualização da sociedade e que atribuem às várias tecnologias a responsabilidade pela erosão crescente dos processos de socialização.

No capítulo 3 é introduzido o conceito de ritual como cola social, baseado no trabalho de Durkheim e, no capítulo 4, é explicado como Goffman reutiliza os conceitos de Durkheim na análise do dia-a-dia.

No capítulo 5 é apresentado o modelo de Collins que permite articular interações em grande e pequena escala. Todos os contributos destes capítulos são articulados no capítulo 6, na proposta do ritual como catalisador da coesão social. Esta estrutura é então aplicada na análise das comunicações móveis.

Rich Ling observa, no capítulo 7, como o telemóvel afecta as interações “co-localizadas”, ou seja, aquelas em que existe um interveniente fisicamente presente. Rich Ling argumenta que, nestas situações, o telemóvel pode ser usado como uma “forma de envolvimento secundário, como um objecto de status ou um repositório de informação e história” (114). O telemóvel tanto pode ser uma forma de reforçar a situação face a face como um obstáculo a essa interacção. Esta faceta do telemóvel tem sido identificada e analisada em diversos estudos e poderia ser entendida como uma barreira à criação de laços sociais, no entanto, a interrupção da interacção com os co-presentes pode também significar a importância da ligação com aqueles com quem estamos a estabelecer uma ligação mediada. Assim, no capítulo 8 são observadas as interacções mediadas e a capacidade do telemóvel para gerar coesão nos grupos.

As observações demonstram como o telemóvel pode ser um elemento perturbador das interações “co-localizadas” mas que aumenta as possibilidades de coesão, permitindo manter um contacto permanente com a nossa rede pessoal de afectos e dependências, estendendo a abrangência da interacção de grupos pré-existente (155). O autor fornece vários exemplos dos mecanismos de coesão possibilitados pelo telemóvel como o humor, o mexerico, e o jargão. O telemóvel permite preencher os espaços em que o encontro físico do grupo não é possível, reforçando os laços que unem os seus elementos – “o telemóvel estende o alcance do ritual social para além da co-presença” (157), contrariando assim os receios da destruição dos laços sociais pela comunicação mediada.

No capítulo 9, o autor reforça a noção de que o telemóvel é particularmente relevante como instrumento de coesão social para os pequenos grupos, a nossa família, os nossos amigos. E no último capítulo explora como as interacções mediadas do grupo podem tornar explícitos os projectos e identidade do grupo, as suas ideologias, os seus códigos, mantendo os seus membros constantemente actualizados sobre os mesmos e a sua evolução, mesmo que não ocorram interações face a face. O tele-

móvel oferece um custo baixo para o desenrolar destas actividades de gestão da rede social e desta forma permite manter níveis de coesão elevados entre os elementos de um grupo que partilha a mesma ideologia. Desta forma, Rich Ling abre a discussão ao impacto do telemóvel na interacção com aqueles que nos são estranhos. Poderá o telemóvel estar a reforçar, na linha do que também é apontado à internet, a nossa rede de interesses pessoais e a fechar o caminho da descoberta do outro, do estrangeiro, do que está de fora da nossa rede pré-estabelecida?

O autor apresenta vários estudos sem um resultado comum e que oferecem uma multiplicidade de conclusões. Nos estudos apresentados parece consensual que os grupos abrem as suas fronteiras através de outras formas de mediação como as redes sociais online e que o telemóvel poderá não ser a forma privilegiada de interacção social alargada mas que não a afecta negativamente. Rich Ling conclui que o “impulso humano para a sociabilidade resiste à tendência para o individualismo” (187). No entanto este é um ponto pouco explorado no livro e que merece certamente uma reflexão futura mais aprofundada. Até que ponto o recurso fácil à nossa rede emocional de segurança não funciona como um travão ao alargamento dos nossos laços sociais e à construção de novas solidariedades?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Keith Hampton, L. S., Eun Ja Her, Lee Rainie. (2009), *Social Isolation and New Technology: How the internet and mobile phones impact Americans' social networks*, Pew internet.
- Ling, R. (2003), *Mobile Communication and social capital*. In K. Nyri (Ed.), *Mobile Democracy*. Passagen Verlag.
- Ling, R. (2004a). “Goffman er gud”: Thoughts on Goffman's usefulness in the analysis of mobile telephony. Paper presented at the Wireless Communication Workshop.
- Ling, R. (2004). *The Mobile Connection: The Cell Phone's Impact on Society*, San Francisco: Morgan Kaufmann Publishers.
- Ling, R. (2008). *New Tech, New Ties: How Mobile communication is reshaping social cohesion*, Cambridge & London: MIT.
- Ling, R. (Ed.). (2000). *Direct and Mediated Interaction in the maintenance of social relationships*: Kluwer.
- Ling, R. (Ed.). (2004b). *Where is mobile communication causing social change?*, Korean Association of Broadcasting Studies.
- Ling, R., & Pedersen, P. E. (Eds.) (2005), *Mobile Communications: Re-negotiation of the Social Sphere*, London: Springer Verlag.

Sonia LIVINGSTONE & Leslie HADDON (2009).
Kids online: Opportunities and risks for children.
Bristol: Policy Press.

KARITA FRANCISCO

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Editado por Sonia Livingstone e Leslie Haddon, este livro é uma compilação de conteúdos resultantes do projecto EU Kids online conduzido em 21 países da União Europeia, envolvendo 70 pesquisadores. Os capítulos têm um foco pan-europeu e reúnem um conjunto de pesquisas nacionais dispersas, que possibilitaram as abordagens comparativas.

Dividido em quatro secções - *Pesquisando as crianças europeias online; Estar online: novas oportunidades?; Estar online: novos riscos?; Implicações políticas;* - o livro apresenta questões sobre a internet e as novas tecnologias online, suas implicações sociais e consequências para crianças, jovens e famílias.

A primeira parte da obra apresenta aspectos metodológicos sobre a pesquisa com crianças, além das oportunidades e dificuldades da pesquisa transnacional. No que respeita ao estudo de crianças online, a metodologia tem avançado consideravelmente nos últimos anos, com boas práticas emergentes na condução de pesquisa com crianças, especialmente na relação com o ambiente online e as diferentes culturas.

Contudo, muitos investigadores ainda mantêm hipóteses implícitas e formulações inadequadas para a pesquisa com crianças, colocando em risco a compreensão de resultados. Somado a isto está o desafio ético de questionar as crianças sobre tópicos sensíveis como o *bullying*, o assédio sexual e as práticas de comunicação online, em especial nas plataformas fixas e móveis. Em resposta a estes desafios, os pesquisadores têm estimulado o desenvolvimento de pesquisas “com crianças” e não “sobre crianças”.

Numa segunda parte, a abordagem visa identificar e reflectir sobre as novas oportunidades que surgem quando as crianças acedem ao mundo online. Jovens e crianças empenham-se com entusiasmo nas diversas actividades online, o que inclui o entretenimento, a aprendizagem, a participação, a criatividade, a expressão de identidade e principalmente, a comunicação e a conexão social. A actividade mais comum é a busca por informações, tanto para apoio educacional quanto para interesses

personais e lazer. A comunicação online também é praticada diariamente por meio de ferramentas como o *Instant Messaging*, o correio eletrônico e as redes sociais, que complementam a comunicação face a face.

Entretanto, diversas são as restrições vivenciadas pelas crianças nas suas atividades online, muitas influenciadas por factores familiares estruturais que moldam suas vidas offline ou no mundo quotidiano. Nos diversos países, as persistentes diferenças socioeconómicas correlacionadas com fontes educacionais, regionais, entre outras, fazem com que crianças de famílias de classes mais altas tenham mais oportunidades online. Estas crianças têm melhor acesso à internet e mais regras referentes a seu uso, estando, assim, menos expostas aos riscos que as crianças de classe sociais mais baixas. Este maior controlo das famílias mais ricas sugere que a mediação parental pode ter um efeito positivo na redução do risco. Nos países onde as estratégias de mediação parental são fracas ou ausentes, por exemplo, as crianças encontram mais experiências de alto risco na internet.

Num terceiro momento os autores abordam a questão dos riscos a que as crianças estão expostas quando estão online. Além do risco de a criança facultar dados pessoais, o género e o status socioeconómico também interferem nas experiências de risco dos mais jovens. Identifica-se, então, uma necessidade de promoção de uma maior literacia, sobretudo nas famílias menos privilegiadas.

Sobre os riscos de se estar online, a comunicação agressiva entre amigos e pares é relatada como difícil de ser evitada e o anonimato identificado como uma estratégia nada eficaz.

Quanto aos comportamentos ilegais, as novas tecnologias facilitaram muito novos métodos e práticas como o *download* de músicas e hoje existe uma grande confusão por parte das crianças sobre que é legal ou ilegal no mundo online. Contudo, as pesquisas europeias raramente abordam as crianças como potenciais agentes, mas sim como vítimas. Os pais, por sua vez, também se preocupam que os filhos adquiram informações sobre suicídio, anorexia, violência, mas não são questionados se estão preocupados que seus filhos possam ser os produtores deste conteúdo.

No que se refere ao desempenho da imprensa europeia na divulgação da temática, observa-se uma falha em equilibrar os aspectos positivos e negativos do uso da internet pelas crianças. Ainda, a agenda mediática não oferece o mesmo poder comunicativo para todos os envolvidos – os mais jovens fazem parte de um grupo social sem voz num debate que respeita sobretudo a eles. Igualmente, os pais são sub-representados num debate público e outros adultos falam por eles.

Na última secção do livro são abordados aspectos mais políticos que envolvem a questão das crianças e os usos das novas tecnologias, como as tentativas de maximizar as oportunidades e minimizar os riscos, o papel da mediação parental, o uso das TIC para aprendizagem nas escolas e a relevância de uma literacia para os media.

Ao falar-se de desenvolvimento de políticas para crianças, dois pontos devem ser considerados: primeiro, a política deve ser criada através de diálogos multilaterais e implementada por múltiplos intervenientes e não somente pelos governos; segundo, tal política deve ser baseada em evidências, firmemente fundamentadas e testadas por meio das experiências de crianças e famílias através de diferentes cenários quotidianos.

É também de salientar que os riscos e as oportunidades estão correlacionados positivamente em diversas pesquisas. Sem uma consciencialização destas inter-relações, as políticas estabelecidas para minimizar os riscos podem ter um impacto indevido sobre as oportunidades.

Ainda, da dificuldade de fazer afirmações gerais sobre o impacto das novas tecnologias, uma vez que envolvem contextos socioculturais específicos e diversos, moldados dentro de instituições sociais, normas e valores únicos, ressaltou a necessidade de mais estudos transnacionais para clarificar estes contextos. Consequentemente, a preocupação em definir recomendações para as políticas públicas na área decorre da dimensão comparativa da pesquisa, que visa fundamentar as escolhas a serem tomadas mediante a diversidade dos países europeus.

Carmen Fuente COBO (coord.) (2009).
Infancia y Televisión. Políticas de protección de los menores
ante los contenidos audiovisuales.

Madrid: Fragua

FRANCIANI BERNARDES

INSTITUTO DE ESTUDIOS DE LA DEMOCRACIA – UNIVERSIDAD CEU SAN PABLO

Não é novidade a televisão ser considerada um importante meio de socialização das crianças. Em consequência disso, a qualidade da programação gera uma fonte de preocupações e debates por parte de educadores e outros estudiosos. Tal problema parece ser ainda mais relevante quando nos deparamos com a exposição de menores a conteúdos considerados nocivos à infância.

O livro coordenado por Fuente Cobo contém uma série de trabalhos no âmbito das políticas de protecção aos menores com relação à programação televisiva. A obra representa um importante marco teórico capaz de orientar estudos futuros ligados ao tema em questão. Todas as publicações contidas neste único volume procedem desta mesma inquietude e coincidem na necessidade de proteger as crianças frente às agressões externas que possam prejudicar o seu desenvolvimento.

No primeiro capítulo, Fuente Cobo mostra de forma detalhada como os princípios da criação dos direitos dos menores em relação aos meios de comunicação evoluíram nos últimos anos. Segundo a autora, na Declaração dos Direitos da Criança de 1959 não existia uma referência explícita a esta questão. Ainda assim, já neste documento foi estabelecido que a criança “terá especial protecção e receberá oportunidades e serviços para que possam se desenvolver físico, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal” (p. 26).

No entanto, anos depois, o enfoque adoptado pela Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 atribui ao menor um papel mais autónomo e activo relacionado à audiência infantil. O menor passa a ter direitos específicos com relação aos meios de comunicação. Entre os principais direitos estão: “Direito ao acesso a conteúdos de qualidade, em especial à informação e ao conteúdo que tenha por finalidade promover seu bem-estar social. Além disso, consta também o direito à máxima protecção, nacional e internacional, contra toda forma de exploração e abuso sexual” (p.27).

Ao longo das 262 páginas, encontramos uma série de estudos relacionados com políticas europeias de protecção ao menor, entre elas sistemas de classificação in-

dicativa, políticas de controlo relacionadas à publicidade e, por último, ferramentas tecnológicas e reguladoras existentes na Europa e nos Estados Unidos para o controlo parental.

Seguindo a corrente de ideias descritas no livro, a auto-regulação por si só não é a via mais adequada para se conseguir uma programação de qualidade de acordo com a necessidade das crianças. A coordenadora deste projecto afirma, no primeiro capítulo, que a educação do público em geral, e das famílias em particular, revela-se como uma das principais forças na eficácia dos modelos de orientação baseados na classificação dos conteúdos e na restrição dos horários de emissão dos programas. Como afirma Urquiza García, no capítulo 5, o controlo parental não é um trabalho isolado, mas uma tarefa conjunta de programadores, fabricantes, operadores de plataforma, etc. Nos Estados Unidos, existe uma campanha permanente promovida por associações e fundações de protecção à infância que insiste de maneira constante na formação dos pais.

O lar é considerado como um dos lugares mais privilegiados, onde os membros da unidade familiar estabelecem relação directa com a TV. Bourdieu (1997:94) dizia que a unidade doméstica é um agente activo, capaz de pensamento, sentimento e acção, que faz parte de um conjunto de suposições cognitivas e de conceitos normativos referentes a uma boa convivência doméstica, espaço onde estão fora as leis ausentes do mundo económico. O lar é considerado um ambiente propício e legítimo a um segmento de regras e normas de condutas, contudo, é verdade que as crianças, muitas vezes sozinhas, têm liberdade de aceder aos conteúdos televisivos inadequados para a sua idade sem nenhum controlo dos adultos.

Um estudo realizado na Universidade de Navarra revela que a maior parte do tempo que as crianças dedicam a ver televisão está voltada para a programação adulta. O período de maior audiência infantil na Espanha ocorre a partir das 22 horas. No entanto, isso não significa que as crianças espanholas prefiram a linha de programas oferecidos neste horário. A questão pode estar relacionada com a escassez de conteúdos destinados à infância. Marta Lazo (2005), numa investigação realizada em Madrid com dezasseis grupos de discussão de escolares entre sete e doze anos, pôde constatar que quando lhes perguntava de forma aberta “que características da televisão eles mudariam”, a maioria respondeu que aumentaria a oferta da programação infantil, de conteúdos educativos e documentais. Isso demonstra que as suas preferências não são os programas para todos os públicos, mas, sim, as ofertas dedicadas a eles.

Longe de ser um processo simples, segundo os autores da obra, uma das tarefas mais complexas é identificar que tipo de conteúdo é ideal para a infância. Particularmente complicado é tratar dos valores que devem ser protegidos com relação aos conteúdos e serviços de comunicação acessíveis aos menores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bourdieu, P. (1997), *Razões Práticas Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.

Marta Lazo, C. (2005), *La televisión en la mirada de los niños*, Madrid: Fragua.

